

## Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



## PARECER PRÉVIO № 224/2015

DECISÃO Nº. 582/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA № 40 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

PROCESSO TC/52962/2012 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PIRACURUCA - PI - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2012 - CONTAS DE GOVERNO PROCESSOS APENSADOS:TC/013279/2013 - Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Piracuruca-PI (exercício financeiro de 2012); TC-E 034706/2012 - Denúncia; TC-E 014369/2012 - Denúncia; TC/010992/2013 - Representação.

**RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO** 

PREFEITO: RAIMUNDO VIEIRA DE BRITO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACURUCA (EXERCÍCIO 2012) - CONTAS DE GOVERNO. Envio da LOA e LDO com 28 dias de atraso. Falha na elaboração da LDO (não envio dos Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais). LOA sem as cópias de atos: de desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso. Balanço Geral enviado com 144 dias de atraso. Registro divergente da Receita Total Arrecadada divergente nos Balanços Orçamentário e Financeiro e na Demonstração das Variações Patrimoniais. Não registro da COSIP (R\$430.637,71) no Balanço Geral/2012. Valor da Autorização Final diverge do registrado no Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica em R\$ 100.000,00. Não consolidação dos Balanços, quanto à execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as entidades compreendidas no orçamento. Irregularidades nos Balanços Financeiro e Patrimonial. Divergência de saldos: Dívida Flutuante/2012, saldo inicial de R\$9.116.653,47, saldo final em 2011 de R\$9.117.852,42. O saldo dos Restos a Pagar/2012 (R\$4.967.019,47) corresponde a 581,58% do total das disponibilidades financeiras (R\$ 854.048,93). Pela Reprovação. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da III Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/47 da peça 19, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/21 da peça 46, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/14 da peça 48, a proposta de voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/21 da peça 51, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a **reprovação**, com fundamento no art.



## Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



31, §  $2^{\circ}$  da Constituição Federal, no art. 32, §  $1^{\circ}$ , da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual  $n^{\circ}$  5.888/09 e nos termos da proposta de voto do Relator.

**Presentes**: Cons. Kléber Dantas Eulálio (Presidente); Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros; Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo; Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Leandro Maciel do Nascimento.

Sessão da Primeira Câmara, em Teresina, 10 de novembro de 2015.

(assinado digitalmente)		
Cons. Kleber Dantas Eulálio		Presidente
	(assinado digitalmente)	
Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo _		Relator
	(assinado digitalmente	<i>?)</i>
Fui presente Leandro Maciel do Nascimento_ TCE/PI		Procurador do MPC-